



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013 E DEMAIS ANEXOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA.

Às nove horas do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e treze, no recinto do Plenário da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, reuniu-se a Comissão de Finanças, Orçamento e Contabilidade, composta pelos Vereadores **ANTÔNIO MARCOS BATISTA PEREIRA** (Presidente), **RÉGIS DE OLIVEIRA SALLES** (Vice Presidente) e **VALMIR BAPTISTA DAMAS** (Membro), para o recebimento e apresentação do **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**, alusivo ao 1º quadrimestre do exercício econômico financeiro de 2013, da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, em obediência ao disposto no parágrafo único do Artigo 48, da Lei Complementar Federal nº 101, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e na conformidade do comunicado na imprensa. Preliminarmente fora registrada a ausência do Vereador Régis de Oliveira Salles, Vice-Presidente desta Comissão. Compareceram representando o Executivo, o Sr. Paulo Renato Godoy, Secretário de Finanças e o Sr. João Carlos Carrasco Grandisolli, Diretor de Departamento Financeiro e representando o Poder Legislativo compareceram o Vereador 2º Secretário Gino Mariano, o Vereador Nilson Cadeirante e o Vereador Ângelo da Silva. Em seguida o Senhor Secretário de Finanças fez a explanação e apresentação dos seguintes documentos, por exigência do diploma legal acima referido: **DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRIMÁRIO; BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE RECEITA** (Receitas Totais), **DEMONSTRATIVO DE RECEITA TRIBUTÁRIA** (Receitas Correntes- IPTU,ISS,ITBI,IRRF, TAXAS e CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA), **DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** (FPM, ITR, Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais, SUS, FNAS, FNDE, ICMS desoneração LC nº 87/96, ICMS, IPVA, IPI, FUNDEB, Outras Transferências e Dedução para o FUNDEB), **RECEITAS DE CAPITAL**, **DEMONSTRATIVO DE RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** (Administração Direta e Administração Indireta, Autarquias, Deduções, Compensações Financeiras Regime de Previdência, Deduções de Receitas para o FUNDEB), **DEMONSTRATIVO DE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA** (Despesas Correntes: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes) Despesas de Capital: Investimentos, Despesas Intra-Orçamentárias, Amortização da Dívida, Reserva de Contingência e Superávit), **DEMONSTRATIVO DE RESULTADO ORÇAMENTÁRIO** (Receitas Realizadas e Liquidadas na Administração Direta e Indireta), **DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** (Despesa executada no Poder Executivo e Poder Legislativo, Limite Prudencial, Limite Máximo), **DEMONSTRATIVO DE RECEITAS e DESPESAS COM MANUTENÇÃO e DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**, **DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM AÇÕES e SERVIÇOS DE SAÚDE**, **DEMONSTRATIVO DE DÍVIDA PÚBLICA** (Comparativo do Exercício 2012 e 30/04/2013: Dívida consolidada, Disponibilidade de Caixa, Demais Haveres Financeiros, Restos à Pagar, Dívida consolidada Líquida, Receita Corrente Líquida), **DEMONSTRATIVO DE RESULTADO NOMINAL** (Dívida consolidada, Dívida Consolidada Líquida, Disponibilidade de Caixa, Haveres Financeiros, Restos à Pagar, Passivo Reconhecido e Dívida Fiscal Líquida), os quais se



encontram anexos à presente ata. Depois de explanada pelo ilustre Secretário o mesmo fez algumas observações explicando que hoje o Município não deve para nenhum fornecedor e que para esse quadrimestre o Executivo está cumprindo integralmente os ditames legais no tocante a matéria orçamentária. Aduziu que a Comissão de Auditoria apurou restos a pagar com situações atípicas e que foi contratada uma auditoria externa para apurar com mais detalhes essa realidade. Comentou ainda que quando assumiram a Secretaria de Finanças começaram a chegar notas fiscais em alto volume sem empenho, ou seja, sem dinheiro em caixa para pagamento. O Sr. Secretário demonstrou através de relatório o que apurou essa auditoria externa, onde concluiu-se que houve diversos atos lesivos aos fornecedores pois não havia recursos financeiros para pagar as notas no valor de vinte e quatro milhões, além de outros débitos que totalizaram sessenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e seis reais e oitenta e cinco centavos, havendo portanto ilegalidade das dívidas deixadas pela Administração anterior. Aduziu que o resultado da auditoria será encaminhado para o Ministério Público, Tribunal de Contas e para a Secretaria de Negócios Jurídicos para tomarem as medidas cabíveis. Posteriormente, foi a matéria discutida pela aludida Comissão, tendo seus integrantes efetuado algumas indagações sobre as metas fiscais para receitas, despesas, resultados, gastos com a saúde, educação e pessoal, montante da dívida pública, inscrição e cobrança da dívida ativa, assim como algumas metas e programas implementados e executados no exercício passado, respeitados os postulados dispostos na LOA, LDO e PPA aprovados nesta Casa de Leis, atendo-se as colocações dos Vereadores aos princípios da legalidade e principalmente da transparência das contas públicas. Os questionamentos iniciaram-se com o **Presidente da Comissão Vereador Antônio Marcos Batista Pereira**, que questionou se o crescimento da receita deu-se em virtude do resultado da auditoria, sendo explicado pelo Sr. Secretário que isso ocorreu graças ao forte trabalho quanto ao pagamento de tributos, salientou que a Secretaria de Finanças apurou que havia lugares onde não havia tributação onde serão remetidos os devidos carnês, foi detectado locais onde o contribuinte não recolhia taxa de lixo, apurou-se distorções de valores de IPTU e ITBI que eram recolhidos a menor já estão sendo corrigidos onde o contribuinte será notificado a regularizar esses valores pagos a menor e a implementação da modalidade pregão para as licitações municipais, onde haverá uma grande economia a ser revertida em benefícios para o Município. O Presidente da Comissão comenta a respeito das pequenas empresas que prestaram serviços para a gestão anterior, questionando como está atualmente a situação dessas empresas, sendo explicado pelo Sr. Secretário que haviam empresas que não recebiam desde março de 2012, explica que as notas fiscais dessas empresas não foram encaminhadas para a secretaria na época, sendo que para esses casos está sendo estudado pela secretaria uma maneira de pagá-las onde as notas fiscais empenhadas de até vinte mil reais serão pagas a vista em curto e acima desse valor os fornecedores serão chamados para que seja proposto um parcelamento, no entanto as notas fiscais não empenhadas e não entregues na época oportuna os fornecedores terão que buscar o reconhecimento desse débito perante o Poder Judiciário. O **Membro da Comissão Vereador Valmir Baptista Damas**, questionou a respeito da diminuição de despesa no exercício de 2013 em comparação ao exercício de 2012, sendo explicado pelo Secretário que antes de qualquer compra é verificado minuciosamente a necessidade real da despesa, aduz que estão priorizando as despesas com saúde, educação e serviços gerais e com esse cuidado está gerando mais benefício ao Município. Questionou-se ainda como pôde haver aumento do piso salarial e o reajuste concedido ao funcionalismo com uma dívida herdada de valor muito elevado, sendo explicado pelo Sr. Secretário que isso só foi possível com o forte trabalho que está sendo feito para gerar economia. Perguntou-se sobre o que seria o auto de seqüestro decorrente



do não pagamento de precatório, sendo explicado pelo Sr Secretário que com a falta de pagamento dos precatórios a Prefeitura iria ter suas contas bancárias "seqüestradas" pelo Judiciário para quitar esses precatórios e para isso não ocorrer a Prefeitura teve que regularizar essa pendência e parcelou esses débitos em 04 (quatro) parcelas semestrais, sendo a 1ª parcela com vencimento em 28.02.2013. Por fim, questionou sobre a aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal para essas irregularidades encontradas pelas auditorias, sendo esclarecido pelo Sr. Secretário que já tomaram as medidas cabíveis junto aos órgãos competentes e que o Tribunal de Contas virá ainda ao Município para analisar e apontar todas as irregularidades das contas de 2012. **O Vereador Ângelo da Silva** questiona a respeito do aumento do piso salarial e o reajuste concedido aos servidores em relação a inflação onde o reajuste deveria ser de 6,5%, sendo explicado pelo Secretário que esse aumento atingiu cerca de mil e quinhentos funcionários mais a progressão de carreira, salientando que não podemos esquecer da dívida herdada pela atual Administração e que esse reajuste e aumento foi uma grande vitória do Prefeito Cezar fez um grande feito. O Vereador Angelo sugeriu que haja a compensação para os funcionários que tiveram apenas 5% de reajuste. **O Vereador Nilson Cadeirante** questionou se poderá aparecer mais dívida para o nosso Município, sendo esclarecido pelo Secretário que há essa possibilidade, na medida em que há fornecedores que prestaram serviço para o Município e que não emitiram nota fiscal na Gestão anterior, sendo que nesses casos todos foram orientados a entrar judicialmente para ter seu direito ao crédito reconhecido a respeito do valor pago pela gestão anterior. Em seguida o Presidente da Comissão, abriu espaço para perguntas pelo público presente em Plenário, sendo que não houve a apresentação de questionamentos. Nada mais havendo foi a presente ata lavrada por mim Thaíza Calvitti Bueno Vieira, assinada pelo Presidente e Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Contabilidade e, também, pelos representantes do Executivo.

A COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE


ANTÔNIO MARCOS BATISTA PEREIRA
Presidente


RÉGIS DE OLIVEIRA SALLES
Vice Presidente


VALMIR BAPTISTA DAMAS
Membro


PAULO RENATO GODOY
Secretário de Finanças


JOÃO CARLOS CARRASCO GRANDISOLLI
Diretor de Departamento Financeiro